

12 JUL 1998

Eleição Presidencial

Castigo de Prometeu

JORNAL DO BRASIL

A sucessão presidencial se ressentiu do preconceito que atrasou de um século a reeleição no Brasil e empana o começo da campanha. Não conseguindo mais fechar o horizonte democrático, a velha prevenção — que está com a visão cansada — não se acostumou à falta de viseiras políticas e se entrega à absurda gritaria sobre desincompatibilização de governantes em período de campanha eleitoral.

É esse bordão eleitoral oposicionista o primeiro sinal de que a oposição não deve ter muito a oferecer como opção política. A idéia que está na raiz dessa tentativa é a mesma que no passado plantava suspeitas na campanha para colher efeitos golpistas na derrota. O golpismo não permitiu ao regime constitucional de 46 firmar-se na sua plenitude democrática e manipulou de forma negativa a legitimidade das eleições, utilizando pretextos que variavam com as circunstâncias, mas tinham o mesmo objetivo. Até a maioria absoluta, rejeitada pela Constituinte que recusou a reeleição em 1946, foi desfraldada como razão para impedir a posse de presidentes eleitos legitimamente. Repete-se o fenômeno suspeito com alguns atores conhecidos pelo papel.

O precedente varia mas o propósito de envolver a sucessão em suspeita fabricada em fundo de quintal está cada vez mais evidente. A campanha eleitoral entrou em seu período legal e a artilharia oposicionista continua fazendo pontaria errada: substitui o eleitor pela eleição como alvo principal. A opinião democrática quer exercer seu direito de votar e, portanto, prefere conhecer os candidatos e debater propostas e, se não for demais, as idéias que estão por trás dos programas. Não é pedir muito, mas aquilo a que os cidadãos têm direito.

A desincompatibilização é falsa preliminar, pois a própria emenda da reeleição foi portadora de uma prova de confiança nos mecanismos políticos da sociedade para impedir eventuais abusos e utilização do poder. De resto, a reeleição pressupõe confiança no candidato que se submete ao teste político. As pesquisas prévias são dissuasórias. A reeleição é o processo de julgamento político de um governante à frente de um governo. Não há, portanto, uma linha divisória que considere suspeito o candidato à reeleição por permanecer no cargo e pedir votos aos cidadãos. A lei não faz diferença.

A ranhetice reacionária da premissa oculta no raciocínio que leve, depois do re-

sultado, à conclusão de que houve abuso do poder, vale também como confissão prévia de derrota. O que essa oposição tortuosa quer é confundir os eleitores e se fazer de vítima do governo, quando deveria se queixar dos cidadãos que não deram qualquer sinal de confiar na proposta oposicionista.

Não há como separar — antes, durante ou depois — o governante e o governo. Num reeleição, quem está sendo julgado, pelo governo que tiver feito, é o governante. Mesmo, porém, que não houvesse reeleição, o governante — presidente ou governador — estaria apoiando o candidato ao seu lugar, por indicação do partido ou da coligação de legendas com que governou. Se não há separação política entre o governante e o seu governo, mesmo não sendo candidato, por que seria obrigatória a divisão da sua personalidade política no caso da reeleição? O governante e o candidato, na reeleição, são inseparáveis.

Quando não havia reeleição, os governos eram fiscalizados em seus atos e os excessos denunciados à opinião pública e à justiça eleitoral. No entanto, os governos se faziam politicamente presentes mediante candidatos referendados pelos seus partidos. Exerciam, portanto, influência política legítima no ânimo eleitoral.

Querer adotar a desincompatibilização para a reeleição seria o mesmo que pretender afastar os presidentes e governadores, quando não havia a reeleição, para evitar que a administração influenciasse os eleitores. E, se a oposição era capaz de zelar pela lisura dos pleitos, nada impede que faça o mesmo. Nada mudou no plano moral: a reeleição não melhora os governantes nem piora a oposição.

Há um débil surto de tradicionalismo inconfessável na resistência à reeleição. Fala-se em tradição como se a República não tivesse uma história de crises e, sobretudo, ânimo golpista que, não podendo evitar eleições, procurava comprometer ostensivamente o processo eleitoral e pregar abertamente soluções no acostamento das constituições.

Se a oposição não quer perder a direção do futuro e andar em círculos, como um sonâmbulo, deve começar a fazer uma revisão de preconceitos e selecionar os que possam comprometê-la politicamente e condená-la, como Prometeu, a ser devorada pela suspeita de que não se livrou por desconfiança no eleitorado.